

## **Vulnerabilidades Comunicacionais dos Públicos em Situações de Conflito e Controvérsia na Área Ambiental<sup>1</sup>**

Ana Clara Nunes Cardoso<sup>2</sup>  
Giovanna Ramalho Ribeiro<sup>3</sup>

### **Resumo**

O artigo em questão apresenta a progressão e os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Vulnerabilidades Comunicacionais dos Públicos em Situações de Conflito e Controvérsia na Área Ambiental”. Trata-se de um estudo de aprofundamento teórico e de investigação empírica, por meio de estudo de casos com ocorrências no período de 2011 a 2020. O objetivo é compreender as vulnerabilidades comunicacionais dos públicos frente às instituições e organizações a partir das dinâmicas de comunicação pública de situações de conflito ambiental, bem como identificar e caracterizar as formas de vigilância civil presentes nesse processo.

### **Palavras-chave**

Relações Públicas; vigilância civil; vulnerabilidades; públicos; mobilização social.

### **Introdução**

Durante as últimas décadas, temáticas como aquecimento global, poluição e desequilíbrios climáticos têm repercutido ao redor de todo o mundo. As consequências advindas desses malefícios, sobretudo aqueles causados em decorrência da atividade humana, podem trazer sérios prejuízos ao meio ambiente, comprometendo recursos essenciais para a manutenção da vida. Nesse contexto, a sustentabilidade precisa ser colocada em prática, a fim de que a sobrevivência e o bem-estar das futuras gerações sejam garantidos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XVI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Públicas na Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), [anaclaracardoso@ufmg.br](mailto:anaclaracardoso@ufmg.br).

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Públicas na Universidade Federal de Minas Gerais e estagiária do Programa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), [ribeirogio@ufmg.br](mailto:ribeirogio@ufmg.br).

Sob tal cenário, é possível enxergar a presença de vários conflitos e controvérsias ambientais que afetam tanto o meio natural, quanto a existência de determinados povos que vivem nesses territórios. Nesse tipo de situação conflituosa, existem públicos que acabam se tornando vulneráveis em seus próprios processos de formação e mobilização. Com o intuito de alcançar seus objetivos e ultrapassar essas vulnerabilidades, muitas vezes eles se organizam em formas e instâncias de vigilância civil. Com isso, sujeitos com determinado poder de agência (atores) surgem nos conflitos e falam em nome dos públicos. É interessante pontuar que nem sempre os indiretamente afetados sabem que são afetados e o potencial dessa afetação. Então, esses atores tendem a perceber as afetações causadas às pessoas diretamente e indiretamente afetadas e levá-las adiante, por meio de manifestações e reivindicações para os órgãos públicos, por exemplo.

O presente artigo, portanto, busca expor a progressão da pesquisa, inserida no âmbito do Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas (IPÊ), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>4</sup>. Trata-se de uma pesquisa de aprofundamento teórico e investigação empírica, de cunho qualitativo e interpretativo, por meio de estudos retrospectivos de casos com ocorrências no período de 2011 a 2020.

Para tanto, dividiu-se a pesquisa em duas partes, sendo elas, respectivamente: exploratória e analítica. Na primeira, foram escolhidos 30 casos de conflitos ambientais, a partir do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil,<sup>5</sup> da Fiocruz. A partir disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamentos documentais. Houve, também, a elaboração de roteiros para entrevistas com instâncias de vigilância civil durante uma visita técnica. Já na segunda, definiu-se seis casos entre os 30 primeiros, com o intuito de não só continuar a pesquisa bibliográfica, mas também tornar o levantamento documental mais específico e analisar os casos de forma mais aprofundada.

## **Percurso metodológico**

A primeira fase do estudo descrito é exploratória. De modo primordial, optou-se pela identificação de instâncias de vigilância civil nas formas de observatórios/mapas de conflitos. Nos últimos anos, diversas iniciativas de vigilância civil têm sido desenvolvidas e variam em

---

<sup>4</sup> Pesquisa coordenada pelos professores Márcio Simeone Henriques e Daniel Reis Silva, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) - Chamada 01/2021 - APQ-01783-21.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

relação às suas temáticas e configurações (HENRIQUES; SILVA, 2017). Ainda segundo Henriques e Silva (2017), existem três perfis desse tipo de iniciativa. Para os autores, o primeiro é focado na provisão de informação pública, já o segundo tem como intuito estruturar e disseminar informações de forma estratégica aos públicos e, por fim, o terceiro perfil é aquele considerado de supervisão e denúncia, no qual o objetivo central é vigiar as atividades de determinados atores, coletar e revelar denúncias.

Com isso, o perfil de observatório/mapa de conflitos que mais se adequa ao tema da pesquisa é o terceiro. Diversas instâncias foram examinadas e estudadas, a fim de que pudéssemos escolher aquela que mais se adequaria ao objetivo do estudo. Por tal motivo, o principal meio de coleta de dados definido foi o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, da Fiocruz. Essa escolha foi feita porque esta iniciativa apresenta somente casos do Brasil e, também é o mais abrangente e completo repositório das informações sobre o tema. Em abril de 2022, o número total de conflitos catalogados no site era 615. Em cada um deles, há o tipo de população envolvida, a localização geográfica, os danos à saúde, os impactos socioambientais, as atividades geradoras, a síntese, o contexto geral, a cronologia e todas as referências utilizadas para extrair documentos ou algum tipo de informação relevante aos casos.

Dentro dos indicadores: “população”, “atividades geradoras do conflito”, “danos à saúde” e “impactos socioambientais”, existem várias classificações próprias, funcionando como uma espécie de subclassificação. No primeiro, por exemplo, há os quilombolas, os povos indígenas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, dentre outros. Diante disso, foram contabilizadas quantas classificações existem em cada indicador e quais aparecem mais vezes não só de forma geral, mas também em cada uma das unidades federativas brasileiras.

Na primeira fase, o propósito foi escolher 30 casos de conflitos e controvérsias na área ambiental entre os 615 registrados no Mapa da Fiocruz. Nesse sentido, com o intuito de facilitar as escolhas, alguns critérios de seleção foram estabelecidos, como desconsiderar os casos que ocorressem em duas ou mais unidades federativas distintas. A principal variável de escolha definida foi “atividades geradoras do conflito”. Nela, foram escolhidas somente as seis classificações que possuem mais de 50 ocorrências, são elas: monoculturas; mineração, garimpo e siderurgia; barragens e hidrelétricas; pecuária; madeireiras e hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos.

Ainda nessa variável, foram excluídas as seguintes classificações: atuação de entidades governamentais, políticas públicas e legislação ambiental, atuação do Judiciário

e/ou do Ministério Público e especulação imobiliária. Essa exclusão ocorreu porque tais fatores já aparecem, na maior parte das vezes, associados aos outros conflitos. Logo, muitos deles já estarão contemplados na seleção final. Para os 30 casos, decidiu-se por extrair cinco de cada atividade geradora.

Já o critério secundário, e não absoluto, é “população”. Nele, foram escolhidas as classificações: agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, e comunidades urbanas. O último critério é “unidade federativa (UF)” e optou-se por escolher ao menos um caso de cada um dos cinco primeiros estados que têm o maior número de ocorrências provocadas por atores privados que geram algum tipo de conflito, são eles: Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Pará (PA), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Os casos foram posteriormente organizados em uma planilha e foi feita uma exploração individual de cada um, procurando notícias, pronunciamentos e documentos oficiais, notícias da mídia, materiais acadêmicos, conteúdos em vídeo, postagens de redes sociais, declarações organizacionais e materiais de instituições de vigilância civil. Para que não houvesse influência algorítmica nos conteúdos procurados, foi estabelecido que a procura seria realizada pelo *Google*, logo após limpar o *cache* do navegador. Quando não havia um volume de informações que permitisse a observação dos atores e a evolução do caso, outros novos foram escolhidos e analisados, porém seguindo todos os critérios pré-estabelecidos.

Por fim, após essa exploração inicial, a escolha dos seis casos específicos se deu a partir de alguns critérios, como a maior quantidade de material explorado e maior midiatização. Também optou-se por ponderar entre casos diferentes entre si, ou seja, urbanos e rurais, com populações distintas e com localizações geográficas diversas. Logo, são eles:

Quadro 2 - Seleção dos seis casos da fase analítica

	Caso
Moradores de Amparo e Pedreira lutam contra barragens e exigem informações detalhadas sobre os projetos	Pedreira e Amparo
Povos indígenas, pescadores, ribeirinhos e populações são prejudicados pela Hidrelétrica Aimorés	Aimorés
Comunidades rurais de Sento Sé/BA versus Tombador Iron Mineração	Sento Sé

Munduruku e ribeirinhos lutam pela vida e contra complexo de hidrelétricas em seu território	Munduruku
Na Gleba Nova Olinda e entorno, Povo Borari, camponeses e ribeirinhos lutam contra grileiros, madeireiros e sojicultores do Sul, que buscam cada vez mais expulsá-los de suas terras, enquanto aguardam demarcação	Gleba Nova Olinda
Comunidades urbanas, pescadores artesanais, organizações e movimentos sociais se mobilizam para impedir que o Terminal Portuário de Ponta Negra destrua a sociobiodiversidade de Maricá	Maricá

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O objetivo do aprofundamento nestes seis casos é o de compreender as dinâmicas de cada conflito no que respeita ao envolvimento dos públicos e ao seu aparecimento como atores na cena pública, além de identificar as formas de denúncia menos ou mais formais. Eles compõem uma fase analítica do estudo, que consiste numa exploração minuciosa de cada um destes casos, a identificação e análise dos atos simbólicos-expressivos nos momentos de mobilização social dos públicos e a análise de conteúdo de material publicamente disponível. Em termos propriamente comunicacionais, o objetivo foi verificar os elementos simbólicos e discursivos acionados, as formas de representação dos atores e as características das denúncias presentes em cada conflito. Importante ressaltar que a pesquisa não envolve trabalho de campo, mas um escrutínio das ações e discursos que vêm a público, portanto, o seu corpus é composto de materiais e dados de circulação pública e aberta.

Para tanto, primeiramente, foi feito um levantamento documental específico do caso analisado no momento, a fim de que uma linha cronológica complementar à do site da Fiocruz fosse traçada. Todas as informações encontradas relativas a cada caso foram incluídas em um documento, assim, foram identificados, coletados e anotados documentos oficiais, atas de audiências públicas, publicações midiáticas, vídeos, trabalhos acadêmicos etc. Com isso, esperou-se entender o conflito de maneira cada vez mais detalhada, para que, nas etapas posteriores, estivessem disponíveis a maior quantidade de informações e materiais possíveis. Após tal parte, iniciou-se a realização de uma análise situacional, na qual os atores presentes em cada caso foram identificados e gerado um mapa. Nesse viés, esperou-se entender como se

dá a atuação desses atores no caso, como e onde entraram e qual é a relação existente entre eles e os eventos presentes ao longo do conflito.

### **Fundamentos teórico-conceituais da pesquisa**

Os marcos teóricos mais importantes da pesquisa podem ser aglutinados em três vertentes de compreensão: (a) a dos conflitos sócio-ambientais; (b) a dos públicos nestas situações e (c) a da esfera da vigilância civil sobre estes conflitos. Foram realizados estudos bibliográficos nestas três vertentes, cuja perspectiva até agora alcançada é resumida a seguir.

#### **(a) Conflitos sócio-ambientais**

A realização desta pesquisa requer entender aspectos relacionados aos chamados conflitos ambientais. De forma geral, os conflitos envolvem disputas de interesse entre os sujeitos e, devido ao fato de cada grupo de pessoas possuir opiniões e preferências distintas, embates podem acabar surgindo (MILANEZ; SOUZA, 2016). Na esfera ambiental, esse tipo de situação envolve alguma particularidade relacionada ao meio ecológico. Por meio da exploração dos casos, por exemplo, observou-se que os conflitos ambientais acabam surgindo, principalmente, por questões territoriais, seja para a instalação de um empreendimento, seja para a exploração de recursos naturais. No entanto, existem outros motivos que também culminam nessas situações, tendo, a título de exemplo, a poluição ou a contaminação resultante da atividade de alguma organização.

Como afirmam Zhou e Laschefski (2010, p. 4):

Podemos dizer que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço.

Nesse sentido, por mais que as pessoas dentro de um mesmo público compartilhem interesses semelhantes, diferentes públicos tendem a ter opiniões e defender interesses distintos entre si, o que torna provável o surgimento de um conflito. Para defender as próprias predileções, os públicos podem se mobilizar. Apesar disso, existem públicos que não são conscientes de suas afetações. Por isso, podem ser representados por públicos com interesses semelhantes ou por atores, isto é, pessoas com poder de agência em uma situação conflituosa.

Outro aspecto interessante está relacionado às vulnerabilidades dos públicos. Por meio dos conflitos, é possível perceber que determinados grupos sociais acabam sendo acometidos de maneira mais grave pelas consequências negativas provenientes da instalação de projetos

(MILANEZ; SOUZA, 2016). Estes empreendimentos, muitas vezes, são descritos como algo em prol do desenvolvimento econômico, social, industrial etc. Entretanto, muitas pessoas acabam sendo prejudicadas, uma vez que “[...] as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante” (ZHOURI, 2008, p. 105). Os prejuízos vão muito além de questões materiais, como a ocupação territorial e a escassez e contaminação de recursos naturais. Eles também podem ser de caráter cultural e religioso, por exemplo.

Em suma, os conflitos ambientais não são restritos à disputa de interesses ou ao surgimento de controvérsias entre extremidades com poderes iguais de negociação (ZHOURI et al., 2016, p. 37). Eles “[...] constituem cenários em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e enunciação” (ZHOURI et al., 2016, p. 37).

Dentro desse contexto, destaca-se a evolução da noção de conflito ambiental. Atualmente, sabe-se que esse tipo de situação conflituosa vai muito além do âmbito ecológico e acaba envolvendo questões sociais. A maioria das discussões relacionadas à justiça ambiental são concentradas na má distribuição de males ambientais, apesar disso, muitos movimentos empregam múltiplas concepções direcionadas não apenas aos indivíduos, mas também aos grupos e às comunidades (SCHLOSBERG, 2007). Ainda de acordo o autor, isso quer dizer que requerem não apenas aspectos distributivos, mas também aqueles relacionados ao reconhecimento, às capacidades e ao funcionamento das comunidades.

### **(b) *Os públicos nos conflitos***

Consideramos os públicos como:

[...] formas abstratas e dinâmicas de experiência e de sociabilidades que se formam em função da problematização de acontecimentos e ações que afetam os sujeitos – para além de consequências imediatas aos diretamente envolvidos, que os interessam em uma controvérsia quanto ao problema e ao alcance dessas afetações e que existem em referência tanto a outros públicos quanto às instituições (HENRIQUES, 2017, p. 56).

E como identificá-los numa situação de conflito sócio-ambiental? Partimos do pressuposto básico que os diversos acontecimentos que instalam e marcam a situação conflituosa formam e movimentam públicos, que tendem a se posicionar quanto à questão.

Nosso objetivo neste estudo é identificarmos os públicos como os agrupamentos que aparecem na cena pública, ou seja, que se convertem em atores em cada situação conflituosa. Em algum momento, eles irrompem no espaço público de modo menos ou mais organizado -



coletivos, organizações não-governamentais, movimentos sociais etc. Estes grupos se colocam como representantes dos públicos e postulam sua ação em nome do interesse público e da sociedade civil como um todo. Eles se postam como contraponto aos atores institucionais (do Estado e do mercado, principalmente).

Estes coletivos que aparecem como atores podem estar de ambos os lados das controvérsias suscitadas pelo conflito em questão. Por exemplo, na implantação de um novo empreendimento, a população local pode estar dividida quanto à sua conveniência e quanto às suas consequências. E não são a totalidade dos públicos envolvidos no problema. Outros públicos, que não aparecem na cena pública ou não se declaram de imediato, acompanham a questão, podendo a qualquer momento tomar posição no conflito. A lógica de mobilização social nessa dinâmica abrange um esforço de gerar envolvimento de públicos pouco implicados (ou ainda não implicados) na situação, por um processo de problematização, coletivização da causa e apelos à corresponsabilidade (HENRIQUES et. al., 2004).

### **(c) A vigilância civil nos conflitos**

Existem diferentes formas de vigilância civil dentro dos conflitos. Inicialmente, entendemos a vigilância civil “[...] como sendo uma atividade de públicos numa sociedade, algo que os públicos, de uma forma ou de outra, sempre realizam em função de sua própria constituição política e, além do mais, por ser uma atividade realizada em condições de publicidade.” (HENRIQUES, 2015, p. 4). Esse processo de monitoramento acontece com diferentes objetivos e, no caso desta pesquisa, ele ocorre para denunciar os ataques, mobilizar públicos, alertar sobre os conflitos, disseminar informações, bem como demonstrar resistência.

Como afirma Henriques (2015, p. 4):

Essa vigilância pode ser difusa, na própria rede de atores mobilizados, onde uns exercem essa função mais do que outros, mas com as informações dispersas pelo conjunto da rede. Mas também pode se constituir numa instância específica para isso: fazer o monitoramento, coletar e organizar as informações, disponibilizá-las e, eventualmente, apontar as ações que necessitem ser denunciadas. Isso é característico, por exemplo, dos chamados observatórios.

Nesse viés, essa vigilância está relacionada com a problematização da causa, dentro da mobilização social, uma vez que ela aponta as ações e estimula o pensamento crítico dos públicos a fim de se organizarem e agirem - contra ou a favor.

Destarte, a mobilização social dentro de um conflito é imprescindível para aumentar a credibilidade dos públicos e os mantê-los engajados com a causa. Para isso, é necessário



manter um canal de comunicação, pois é a partir dos processos comunicacionais que os públicos interagem entre si, bem como estabelecem estratégias de visibilidade para o conflito (HENRIQUES, 2012). Assim, para manter os públicos mobilizados é importante a execução de práticas comunicacionais constantes a fim de consolidar a causa dentro do coletivo ou da população envolvida, como em conflitos sócio-ambientais. Logo, os subsídios fornecidos pelos variados tipos e instâncias de vigilância civil contribuem para a constância de interação entre a população envolvida.

A exposição pública é um elemento crucial para a vigilância civil. Ao considerar que todo processo de vigilância presume um estado de alerta e a emissão dele, os observatórios são considerados instâncias que possuem o papel de monitorar e, de alguma forma, avisar aos sujeitos o que está acontecendo. Para tanto, é necessário que possuam visibilidade e credibilidade, uma vez que passam a ser uma fonte de informações para diversas outras instituições além da sociedade civil, tais como o Estado, o mercado e a mídia (HENRIQUES, 2015). A partir do momento em que um observatório divulga algum dado ou até mesmo expõe determinado conflito, todas essas informações passam a ficar disponíveis para qualquer pessoa que tenha interesse. Entretanto, nem sempre são tão acessíveis, visto que nem todos os indivíduos possuem acesso fácil a esses meios.

No contexto vigente, fundamentalmente devido ao crescente desenvolvimento tecnológico, a exposição dos conflitos tem-se tornado cada vez maior. A mídia, por exemplo, é um elemento profundamente relevante no sistema dos observatórios. Por mais que muitos indivíduos ainda não conheçam esse tipo de instância de vigilância civil e sua atuação, ela trabalha divulgando os conflitos e as informações relativas a eles. Graças a isso, o potencial de reverberação é ainda mais expandido não só por várias regiões do Brasil, mas também, por vezes, internacionalmente. Consequentemente, a função dos observatórios vai muito além de apenas observar e disponibilizar materiais, eles também são uma forma de intervir no processo de comunicação pública, exercendo sua própria influência (HENRIQUES, 2015).

## **Análise de resultados**

Ainda em andamento, a pesquisa já revela alguns elementos importantes, cabendo trazer alguns resultados parciais observados nos seis casos. Dentre os conflitos analisados, dois são da região Norte (Pará), três são da região Sudeste (Minas Gerais; São Paulo e Rio de Janeiro) e um da região Nordeste (Bahia). É importante destacar que são marcados pela

instalação de um novo empreendimento ou pela atuação de alguma organização específica, com seus inevitáveis impactos para o local e para a região, como: a construção de usinas hidrelétricas, barragens e terminal portuário e a atividade de madeireiros, grileiros, sojicultores e garimpeiros.

A partir da discussão dos casos foi possível perceber que os públicos formados nos conflitos se mobilizam e organizam de diferentes maneiras e estabelecem várias formas de vigilância. Nesse sentido, identificou-se que com o advento das novas tecnologias, a vigilância no nível local por parte dos atingidos aumentou, tendo em vista que há uma maior facilidade de disseminação de informações. A título de exemplo, é possível citar o caso Munduruku. Nele, os indígenas executaram um amplo trabalho audiovisual, por meio do registro de fatos relacionados ao conflito e da divulgação de vídeos em plataformas digitais, com o propósito de difundir o caso e mobilizar pessoas que possam contribuir com a causa.

Além disso, é possível observar que alguns casos são mais midiaticizados que outros. Tanto o citado acima, quanto o da Gleba Nova Olinda, tiveram uma tendência à internacionalização maior que os outros explorados, o que indica que conflitos relacionados aos povos tradicionais e à Amazônia tendem a ter maior repercussão em outros países.

A midiaticização é um fator importante e pode ocorrer em diferentes escalas, isto é, não existe um padrão encontrado para uma grande ou pequena inserção da mídia nos conflitos. Este fator está sujeito às oportunidades e aos interesses. Apesar disso, a atenção midiática também parece ser bastante voltada aos casos envolvendo a região Amazônica e os povos tradicionais. A mídia além de ser um meio de vigilância civil é também primordial para o aumento da visibilidade do conflito. Percebeu-se que nos casos relacionados aos indígenas existe um maior sistema de vigilância, visto que eles possuem históricos de lutas pelos seus direitos e pela demarcação de suas terras. Um exemplo é a fala da Vandria, Indígena Borari da aldeia de Alter do Chão: “A utilização dos meios de comunicação e tecnologia é justamente o meio que temos para desarmar todas as mentiras e preconceitos que recaem sobre nós, povos indígenas, além de todos os crimes ambientais que esse governo pratica em nossas terras”<sup>6</sup>.

Os diferentes caminhos de vigilância civil são imprescindíveis para manter uma constância nas denúncias e nos alertas sobre os conflitos. Assim, a internet é o caminho mais rápido para essa organização e para ter públicos bem mobilizados. Isso impacta significativamente no decorrer dos acontecimentos, porque mantém um constante

6

Disponível em:  
<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/04/21/vandria-borari-indigena-com-celular-citada-por-salles-responde-ao-racismo-do-ministro/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

engajamento, tal como aumenta a sua visibilidade. Essa organização dos públicos faz com que eles apareçam, em cena pública, como atores dentro do conflito, tendo poder de agência visível.

Esses atores têm um papel fundamental no conflito, pois existe uma rede de vigilância que os conecta às instâncias de monitoramento, a qual envolve também a mídia - local e não-local. A forma como os atores locais se relacionam com outros elos dessa rede possibilita que a questão saia do âmbito local para o mapa nacional e, em alguns casos internacional, ampliando a visibilidade e participação de outros atores mais influentes como ONGs internacionais e movimentos. Esses elos podem ser algumas entidades locais que se encarregam de trazer e expor mais informações, bem como do relacionamento com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>7</sup>, a qual apareceu em alguns casos estudados e é uma das instâncias com grande capilaridade que capta diversas situações e emite alertas sobre os conflitos, ao emergirem. Essas relações proporcionam, principalmente, o fortalecimento dos atores dentro do conflito.

Outro resultado que podemos trazer é sobre os tipos de população envolvida nos conflitos, haja vista que a grande parte deles abarca povos mais vulneráveis e com poucos recursos materiais e humanos. Esta afirmação pode ser comprovada nos casos já estudados, pois a sua maioria abrange povos tradicionais, como: ribeirinhos, indígenas, entre outros. Além disso, notamos que a presença do Ministério Público (MP) é de suma importância no conflito, uma vez que, ao olhar para os casos após a presença do MP, ações por parte dos órgãos competentes foram tomadas.

## **Considerações finais**

Podemos destacar algumas inquietações que serão respondidas até o final desta pesquisa. Os resultados parciais instigam o pensamento sobre as consequências da vigilância civil frente às vulnerabilidades comunicacionais dos públicos envolvidos, bem como há um padrão para essa atividade de monitoramento. Identificamos que essas formas de vigilância são de extrema relevância para os casos, haja vista o fato de que demonstram a autonomia dos povos envolvidos e atingidos no conflito. Além disso, esse monitoramento do conflito tanto por parte tanto dos atingidos, quanto dos demais públicos e observatórios, intensifica o processo de mobilização social - especialmente na problematização da causa.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Nesse sentido, importa saber como acontece essa mobilização social dentro desses conflitos sócio-ambientais, a partir das contribuições da vigilância civil. Os observatórios, por sua vez, denunciam e detalham os mesmos, trazendo uma série de informações para os cidadãos. Essas informações possibilitam a formação de públicos no conflito, além de aumentar a sua visibilidade e credibilidade.

Como já explicitado acima, a midiaticização é um fator importante, porque traz uma maior visibilidade para o conflito, contudo, o desafio é entender quais os fatores que interferem diretamente para uma maior aproximação. Ademais, notamos que conflitos mais midiaticizados tendem a atrair a atenção de grandes organizações e/ou órgãos públicos ou privados, como o *Greenpeace*, ou até mesmo à internacionalização. É evidente que existe uma disputa de interesses públicos e privados entre os diferentes atores, contudo, a maior ocorrência desses conflitos se dá em locais onde essa disputa acontece com pessoas vulneráveis.

Nova etapa iniciada na pesquisa envolve um conhecimento mais profundo das instâncias de vigilância civil estruturadas para esta finalidade, como o próprio Mapa da Fiocruz, já citado, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Mapa dos Conflitos no Estado de Minas Gerais, organizado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG)<sup>8</sup>. Além de pesquisa documental, esta fase envolve pelo menos duas visitas técnicas. O propósito é o de conhecer o *modus operandi* de cada uma dessas instâncias e como funcionam efetivamente como forma de denúncia das situações que mapeiam.

## Referências

DE SOUZA, Leandro Ricarte Castro; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 14, p. 2-12, 2016. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/15568>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DOLCE, Julia. Vandria Borari, indígena com celular citada por Salles, responde ao racismo do ministro. **De olho na política**, 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/04/21/vandria-borari-indigena-com-celular-citada-por-salles-r-esponde-ao-racismo-do-ministro/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

---

<sup>8</sup> A pesquisa trabalha com instâncias de vigilância civil brasileiras, para este aprofundamento, mas não deixa de levar em conta iniciativas internacionais como o *EJAtlas - Global Atlas of Environmental Justice*.

HENRIQUES, Márcio S. Dimensões dos públicos no processo de comunicação pública: formas de conhecimentos, ação e organização. In: SCROFERNECKER, Cleusa.; AMORIM, Lidian R. (Org). (Re)leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas. Porto Alegre: Ed. PUCRS 2017a, v.1, p. 53-66.

HENRIQUES, Márcio S. A constituição de observatórios: possibilidades de influência, supervisão e vigilância da sociedade civil sobre as políticas públicas urbanas. In: MARQUES, Ângela; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. (Org.). **Comunicação Organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas**. 11ed. Belo Horizonte: Fafich/UFGM, 2015. p. 206-217.

HENRIQUES, M. S. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. **Revista Ação Midiática**, 2, n. 1, 2012.

HENRIQUES, Marcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Vigilância civil e internet: possibilidades e limitações na disputa por visibilidade e na construção de credibilidade. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 16, n. 31, 2017.

SCHLOSBERG, David. **Defining environmental justice: Theories, movements, and nature**. New York: Oxford University Press, 2007.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 97-107, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gL9s5ytDQ9jvzVH5GvtsbXw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. **Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM**, 2010. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext). Acesso em: 17 fev. 2023.